

09/06/2011

PLENÁRIO

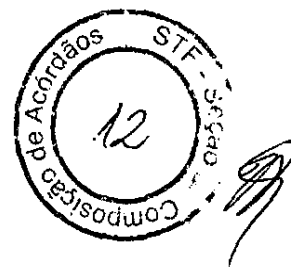
REPERCUSSÃO GERAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 631.880 CEARÁ

REGISTRADO	: MINISTRO PRESIDENTE
RECTE.(S)	: FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE - FUNASA
PROC.(A/S)(ES)	: PROCURADOR-GERAL FEDERAL
RECDO.(A/S)	: ANGELA MARIA PEREIRA SILVEIRA
ADV.(A/S)	: LEONARDO LIMA PINHEIRO E OUTRO(A/S)

RECURSO. Extraordinário. Gratificação de Desempenho da Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho – GDPST. Critérios de cálculo. Extensão. Servidores públicos inativos. Repercussão geral reconhecida. Precedentes. Reafirmação da jurisprudência. Recurso improvido. É compatível com a Constituição a extensão, aos servidores públicos inativos, dos critérios de cálculo da GDPST estabelecidos para os servidores públicos em atividade.

Decisão: O Tribunal reconheceu a existência de repercussão geral da questão constitucional suscitada e, no mérito, reafirmou a jurisprudência dominante sobre a matéria, vencidos os Ministros Ayres Britto e Marco Aurélio. Não se manifestaram os Ministros Joaquim Barbosa e Cármen Lúcia.

Ministro CEZAR PELUSO
Relator



REPERCUSSÃO GERAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 631.880 CEARÁ

1. Trata-se de recurso extraordinário interposto contra acórdão da Primeira Turma Recursal da Justiça Federal da Seção Judiciária do Ceará, com o seguinte teor:

(...) “No mérito, cinge-se a questão em estabelecer se a gratificação de desempenho, na suas inúmeras variáveis existentes de acordo com o ramo de atividade do servidor público em causa [v.g. GDAMP – Gratificação de Desempenho de Atividade Médico-Pericial (Lei 10.876/2004); GDAF – Gratificação de Desempenho de Atividade de Fiscalização (Lei 9.614/1998); GDASA – Gratificação de Desempenho de Atividade de Controle e Segurança de Tráfego Aéreo (Lei 10.551/2002); GDATA – Gratificação de Desempenho de Atividade Técnica de Fiscalização Agropecuária (Lei 10.484/2002); GDASST – Gratificação de Atividade (Lei 10.483/02); GDARA – Gratificação de Desempenho de Atividade Reforma Agrária; GDACT – Gratificação de Desempenho de Atividade em Ciência e Tecnologia; GDAJ – Gratificação de Desempenho de Atividade Judiciária; GDESS – Gratificação Específica de Seguro Social; GDATA (substituída pela GDPGTAS) – Gratificação de Desempenho de Atividade Técnico-Administrativa (Lei nº 10.404/2002)], revela natureza genérica de forma a autorizar a sua extensão aos inativos, nos termos do imperativo constitucional do art. 7º da Emenda Constitucional n.º 41/2003. No mesmo sentido, a Gratificação de Desempenho da Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho – GDPST foi instituída pela Medida Provisória n. 431, de 14.5.2008, convertida na Lei 11.784/2008. A GDPST, entretanto, embora, instituída para alcançar condições especiais dos servidores em atividade, terminou por revestir um caráter retributivo geral, de modo a atrair a incidência da norma inserida no Art. 40, § 8º, da Constituição Federal, antes da modificação determinada pela EC 41/2003, já que vem sendo paga indistintamente a todos os servidores ativos, sem que se levasse em consideração qualquer avaliação quanto ao desempenho individual do servidor ou de natureza

RE 631.880 RG / CE

institucional.

Na Verdade, a fixação de percentual mínimo de pagamento para servidores da ativa superior ao percentual pago aos inativos, fere o dispositivo constitucional da isonomia.

Tendo em vista que o Pretório Excelso já pacificou o entendimento no sentido de que somente tem incidência o dispositivo constitucional nos casos em que a gratificação não é deferida em função do desempenho de atividades específicas, não merece prosperar o recurso interposto, razão pela qual acolho as razões de decidir da sentença de 1ª instância.

Isto posto, nego provimento ao recurso.

Condeno a FUNASA em honorários advocatícios fixados em 10% sobre o valor da condenação, devidamente atualizado, a teor do art. 55 da Lei nº 9.099/95.

É como voto." (...)

Sustenta o recorrente, com base no art. 102, III, a, violação dos artigos 5º, XXXVI, e 37, *caput* e XV, da Constituição Federal. Requer, em síntese, que seja conhecido e provido o recurso extraordinário para negar a extensão da GDPST, no percentual de 80%, aos servidores inativos, por se tratar de gratificação de natureza *labore faciendo*.

Apresenta preliminar formal e fundamentada de repercussão geral, na forma do art. 543-A, § 2º, do CPC (fl. 79).

2. A questão suscitada neste recurso versa sobre a extensão da GDPST, no percentual de 80%, ao servidores inativos. A GDPST foi instituída pela Medida Provisória nº 431, de 15.5.2008, convertida na Lei nº 11.784/08, que estabeleceu, no seu artigo 40, que os servidores inativos perceberiam percentuais variáveis conforme à época da aposentadoria. Ainda neste mesmo art. 40 ficou consignado que os servidores em atividade fariam jus a 80% da pontuação máxima, enquanto não fosse regulamentada a GDPST. Deste modo, afirmando a natureza genérica da referida gratificação, os servidores inativos, ainda contemplados pela norma do artigo 40, § 8º, da Constituição Federal, pleiteiam a sua extensão.

RE 631.880 RG / CE

A questão transcende os limites subjetivos da causa, tendo em vista que se discute o direito de paridade previsto no artigo 40, § 8º, da Constituição Federal, paridade esta que, embora elidida pela Emenda nº 41/2003, ainda continua em vigor para aqueles que se aposentaram, ou que preencheram os requisitos para tal, antes da mencionada Emenda, ou para os que se aposentaram nos termos das regras de transição. Trata-se de matéria de relevante cunho jurídico, de modo que sua decisão produzirá inevitável repercussão de ordem geral.

3. Há, nesta Corte jurisprudência específica no sentido de que, em razão do caráter genérico da GDPST, se aplica o mesmo entendimento consolidado quanto à Gratificação de Desempenho de Atividade Técnico-Administrativa - GDATA e à Gratificação de Desempenho da Atividade da Seguridade Social e do Trabalho – GDASST, que se estendem aos servidores inativos: AI 805342, Rel. Min. CÁRMEN LÚCIA, Dje 18.08.2010.

Está ainda firmada jurisprudência quanto à GDPGTAS, aplicando-se, *mutatis mutandis*, os mesmos fundamentos apresentados no RE 476.279/DF, Rel. Min. SEPÚLVEDA PERTENCE, Dje de 15.6.2007 e no RE 476.390/DF, Rel. Min. GILMAR MENDES, Dje de 29.6.2007, que tratam da GDATA, uma vez manifesta a semelhança do disposto no § 7º do art. 7º da Lei 11.357/2006, que cuida dessa gratificação, com o disposto no art. 6º da Lei 10.404/2002 e no art. 1º da Lei 10.971/2004, que disciplinam a GDATA. Neste sentido, confirmam-se o RE 585230 AgR / PE, Rel. Min. CELSO DE MELLO, Dje de 26.6.2009, AI 717067, RE 613231 / RN, Rel. Min. CÁRMEN LÚCIA, Dje de 17.2.2011, AI 768688 / SE, Rel. Min. GILMAR MENDES, Dje de 23.11.2010, AI 717983 / SE, Rel. Min. JOAQUIM BARBOSA, Dje de 15.9.2010, AI 710377 / SE, Rel. Min. DIAS TOFFOLI, Dje de 4.8.2010, RE 609722 / RJ, Rel. Min. EROS GRAU, Dje de 11.5.2010.

4. Ante o exposto, reafirmo a jurisprudência da Corte para negar provimento ao recurso extraordinário.

RE 631.880 RG / CE

Brasília, 16 de maio de 2011.

Ministro CEZAR PELUSO
Presidente
Documento assinado digitalmente

REPERCUSSÃO GERAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 631.880 CEARÁ**PRONUNCIAMENTO**

GRATIFICAÇÃO - EXTENSÃO AOS
INATIVOS - ARTIGO 40, § 8º, DA
CONSTITUIÇÃO FEDERAL, NA
REDAÇÃO PRIMITIVA -
ADMISSIBILIDADE NA ORIGEM -
RECURSO EXTRAORDINÁRIO -
REPERCUSSÃO GERAL CONFIGURADA.

RECURSO EXTRAORDINÁRIO -
JULGAMENTO DE FUNDO NO
PLENÁRIO VIRTUAL - INADEQUAÇÃO.

1. A Assessoria prestou as seguintes informações:

Eis a síntese do que discutido no Recurso Extraordinário nº 631.880/CE, da relatoria do Ministro Cezar Peluso, Presidente do Supremo, inserido no sistema eletrônico da repercussão geral às 23 horas e 59 minutos do dia 20 de maio de 2011.

A Primeira Turma Recursal da Justiça Federal da Seção Judiciária do Ceará, ao negar provimento ao Recurso nº 0502777-51.2009.4.05.8101, decidiu ser devido o pagamento da Gratificação de Desempenho da Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho - GDPST, instituída pela Medida Provisória nº 431/08, posteriormente convertida na Lei nº 11.784/08, aos servidores inativos, no percentual de 80%. Segundo assentou, tal verba, apesar de criada para gratificar condições especiais dos servidores em atividade, estaria sendo paga de forma geral e indistinta a todos os aludidos servidores, razão pela qual foi transformada em gratificação de caráter retributivo geral. Assim, entendeu aplicáveis as regras constantes do artigo 40, § 8º, da Carta Política, antes da entrada

RE 631.880 RG / CE

em vigor da Emenda Constitucional nº 41/2003. Por fim, consignou que a fixação de percentuais diferentes para os servidores em atividades e os inativos violaria o princípio constitucional da isonomia.

Não foram interpostos embargos de declaração.

No extraordinário protocolado com alegada base na alínea “a” do permissivo constitucional, a Fundação Nacional da Saúde – FUNASA argui a ofensa aos artigos 5º, inciso XXXVI, e 37, cabeça e inciso XV, da Carta Federal. Aduz configurar-se a GDPST espécie de gratificação específica, satisfeita somente após avaliação de desempenho de cada servidor em atividade. Quanto ao percentual devido, sustenta que a avaliação de desempenho da recorrida, servidora inativa, não teria como ser efetuada, sendo correta a fixação de percentual diverso entre os servidores ativos e inativos, de modo a observar-se o princípio constitucional da eficiência. Diz da impossibilidade de o Poder Judiciário conceder aumento a servidor público, principalmente nos casos em que a legislação específica não prevê o pagamento de percentual igual aos servidores inativos e aos em atividade. Afirma a inexistência de transgressão ao artigo 40, § 8º, do Diploma Maior, pois a gratificação pleiteada não teria caráter genérico e, no tocante a servidores aposentados anteriormente à entrada em vigor da Emenda Constitucional nº 41/2003, com direito às regras de transição assecuratórias da manutenção da paridade entre os ativos e os inativos, o percentual pertinente seria o previsto no artigo 5º-B, § 6º, inciso I, da Lei nº 11.355/2006, com a redação dada pela Lei nº 11.784/08.

Sob o ângulo da repercussão geral, anota estar em jogo matéria que ultrapassa o interesse subjetivo das partes, sendo relevante do ponto de vista econômico e social, pois, caso a decisão impugnada seja mantida, milhares de servidores inativos em situação idêntica pleitearão em juízo a GDPST, ensejando enorme prejuízo aos cofres públicos.

RE 631.880 RG / CE

A recorrida, apesar de intimada, não apresentou contrarrazões.

O extraordinário foi admitido na origem.

Eis o pronunciamento do relator, Ministro Cezar Peluso, Presidente do Supremo:

1. Trata-se de recurso extraordinário interposto contra acórdão da Primeira Turma Recursal da Justiça Federal da Seção Judiciária do Ceará, com o seguinte teor:

(...) No mérito, cinge-se a questão em estabelecer se a gratificação de desempenho, na suas inúmeras variáveis existentes de acordo com o ramo de atividade do servidor público em causa [v.g. GDAMP Gratificação de Desempenho de Atividade Médico-Pericial (Lei 10.876/2004); GDAF Gratificação de Desempenho de Atividade de Fiscalização (Lei 9.614/1998); GDASA Gratificação de Desempenho de Atividade de Controle e Segurança de Tráfego Aéreo (Lei 10.551/2002); GDATFA Gratificação de Desempenho de Atividade Técnica de Fiscalização Agropecuária (Lei 10.484/2002); GDASST Gratificação de Atividade (Lei 10.483/02); GDARA Gratificação de Desempenho de Atividade Reforma Agrária; GDACT Gratificação de Desempenho de Atividade em Ciência e Tecnologia; GDAJ Gratificação de Desempenho de Atividade Judiciária; GDESS Gratificação Específica de Seguro Social; GDATA (substituída pela GDPGTAS) Gratificação de Desempenho de Atividade Técnico-Administrativa (Lei nº 10.404/2002)], revela natureza genérica de forma a autorizar a sua extensão aos inativos, nos termos do imperativo constitucional do art. 7º da Emenda Constitucional nº 41/2003. No mesmo sentido, a Gratificação de Desempenho da Carreira da

RE 631.880 RG / CE

Previdência, da Saúde e do Trabalho GDPST foi instituída pela Medida Provisória n. 431, de 14.5.2008, convertida na Lei 11.784/2008. A GDPST, entretanto, embora, instituída para alcançar condições especiais dos servidores em atividade, terminou por revestir um caráter retributivo geral, de modo a atrair a incidência da norma inserida no Art. 40, § 8º, da Constituição Federal, antes da modificação determinada pela EC 41/2003, já que vem sendo paga indistintamente a todos os servidores ativos, sem que se levasse em consideração qualquer avaliação quanto ao desempenho individual do servidor ou de natureza institucional.

Na verdade, a fixação de percentual mínimo de pagamento para servidores da ativa superior ao percentual pago aos inativos, fere o dispositivo constitucional da isonomia.

Tendo em vista que o Pretório Excelso já pacificou o entendimento no sentido de que somente tem incidência o dispositivo constitucional nos casos em que a gratificação não é deferida em função do desempenho de atividades específicas, não merece prosperar o recurso interposto, razão pela qual acolho as razões de decidir da sentença de 1ª instância.

Isto posto, nego provimento ao recurso.

Condeno a FUNASA em honorários advocatícios fixados em 10% sobre o valor da condenação, devidamente atualizado, a teor do art. 55 da Lei nº 9.099/95.

É como voto. (...)

Sustenta o recorrente, com base no art. 102, III, a, violação dos artigos 5º, XXXVI, e 37, caput e XV, da

RE 631.880 RG / CE

Constituição Federal. Requer, em síntese, que seja conhecido e provido o recurso extraordinário para negar a extensão da GDPST, no percentual de 80%, aos servidores inativos, por se tratar de gratificação de natureza labore faciendo.

Apresenta preliminar formal e fundamentada de repercussão geral, na forma do art. 543-A, § 2º, do CPC (fl. 79).

2. A questão suscitada neste recurso versa sobre a extensão da GDPST, no percentual de 80%, ao servidores inativos. A GDPST foi instituída pela Medida Provisória nº 431, de 15.5.2008, convertida na Lei nº 11.784/08, que estabeleceu, no seu artigo 40, que os servidores inativos perceberiam percentuais variáveis conforme à época da aposentadoria. Ainda neste mesmo art. 40 ficou consignado que os servidores em atividade fariam jus a 80% da pontuação máxima, enquanto não fosse regulamentada a GDPST. Deste modo, afirmando a natureza genérica da referida gratificação, os servidores inativos, ainda contemplados pela norma do artigo 40, § 8º, da Constituição Federal, pleiteiam a sua extensão.

A questão transcende os limites subjetivos da causa, tendo em vista que se discute o direito de paridade previsto no artigo 40, § 8º, da Constituição Federal, paridade esta que, embora elidida pela Emenda nº 41/2003, ainda continua em vigor para aqueles que se aposentaram, ou que preencheram os requisitos para tal, antes da mencionada Emenda, ou para os que se aposentaram nos termos das regras de transição. Trata-se de matéria de relevante cunho jurídico, de modo que sua decisão produzirá inevitável repercussão de ordem geral.

3. Há, nesta Corte jurisprudência específica no sentido de que, em razão do caráter genérico da GDPST, se

RE 631.880 RG / CE

aplica o mesmo entendimento consolidado quanto à Gratificação de Desempenho de Atividade Técnico-Administrativa - GDATA e à Gratificação de Desempenho da Atividade da Seguridade Social e do Trabalho GDASST, que se estendem aos servidores inativos: AI 805342, Rel. Min. CÁRMEN LÚCIA, Dje 18.08.2010.

Está ainda firmada jurisprudência quanto à GDPGTAS, aplicando-se, *mutatis mutandis*, os mesmos fundamentos apresentados no RE 476.279/DF, Rel. Min. SEPÚLVEDA PERTENCE, Dje de 15.6.2007 e no RE 476.390/DF, Rel. Min. GILMAR MENDES, Dje de 29.6.2007, que tratam da GDATA, uma vez manifesta a semelhança do disposto no § 7º do art. 7º da Lei 11.357/2006, que cuida dessa gratificação, com o disposto no art. 6º da Lei 10.404/2002 e no art. 1º da Lei 10.971/2004, que disciplinam a GDATA. Neste sentido, confirmam-se o RE 585230 AgR / PE, Rel. Min. CELSO DE MELLO, Dje de 26.6.2009, AI 717067, RE 613231 / RN, Rel. Min. CÁRMEN LÚCIA, Dje de 17.2.2011, AI 768688 / SE, Rel. Min. GILMAR MENDES, Dje de 23.11.2010, AI 717983 / SE, Rel. Min. JOAQUIM BARBOSA, Dje de 15.9.2010, AI 710377 / SE, Rel. Min. DIAS TOFFOLI, Dje de 4.8.2010, RE 609722 / RJ, Rel. Min. EROS GRAU, Dje de 11.5.2010.

4. Ante o exposto, reafirmo a jurisprudência da Corte para negar provimento ao recurso extraordinário.

Brasília, 16 de maio de 2011.

Ministro Cezar Peluso

Presidente

Documento assinado digitalmente

Destaco constar da presente repercussão geral questão

RE 631.880 RG / CE

relativa à reafirmação da jurisprudência do Supremo.

2. Continuo convencido da inadequação de julgar-se recurso extraordinário no Plenário Virtual sem a reunião, portanto, de Colegiado. No mais, está revelada a repercussão geral do tema no que se deve definir o alcance do artigo 40, § 8º, da Constituição Federal, na redação primitiva.

3. Pronuncio-me pela configuração da repercussão geral.

4. À Assessoria, para acompanhar o incidente.

5. Publiquem.

Brasília – residência –, 1º de junho de 2011, às 10h55.

Ministro MARCO AURÉLIO